

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001830-42.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Nayara Cyndy Otoboni**
Requerido: **Havan Lojas de Departamentos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré a ressarcir-la pelos danos morais que lhe causou ao cobrá-la por dívida que possuía de maneira vexatória.

A petição inicial dá conta de que a autora estava em débito com a ré e que foi até a mesma na companhia de sua tia que desejava fazer uma compra.

Dá conta também que após uma aprovação inicial de crédito no importe de R\$ 700,00 ele acabou sendo negado à sua tia em virtude da aludida dívida, sendo então (a autora) cobrada de forma constrangedora na frente de outras pessoas, até com o esclarecimento de que ninguém de sua família obteria crediário enquanto não quitasse o que estava pendente.

A ré, a seu turno, negou que tivesse imposto à autora qualquer espécie de tratamento humilhante.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Assentadas essas premissas, anoto que inexistente qualquer prova material dos fatos articulados pela autora.

Até mesmo por sua natureza, a prova oral seria de grande relevância, mas a que foi produzida não se me afigura suficiente para lastrear a versão vestibular.

Com efeito, o depoimento de Valderez Angela Langhi deve ser encarado com natural reserva, seja em decorrência de seu parentesco com a autora (é sua tia), seja por ter-se envolvido diretamente no evento noticiado (era quem desejava ajustar o crediário ao final recusado).

Ela foi inquirida na forma do art. 447, § 4º, do Código de Processo Civil, ressalvo.

Já a testemunha Tauana Carla de Juli Fontana não presenciou a ocorrência, limitando-se a transmitir relato que lhe foi feito pela autora e por Valderez.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação exordial.

Isso porque reputo que inexistente base minimamente sólida para levar à ideia de que a autora foi submetida a cobranças por parte da ré e – mais – que as cobranças foram implementadas de modo constrangedor.

Era possível a vinda de dados a propósito, máxime porque os fatos se teriam passado na frente de outras pessoas (fl. 02, último parágrafo), mas nada disso teve vez.

Significa dizer que a despeito das condições para que o indevido tratamento à autora ficasse delineado isso não se deu, circunscrevendo-se o acervo probatório a um depoimento de informante e a outro de quem nada viu.

Em consequência, conquanto não se descarte a verificação do panorama traçado pela autora, não extraio dos autos o correspondente respaldo a tanto.

De rigor, assim, a improcedência da ação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 31 de agosto de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**